

# Violências invisíveis: dados sobre a violência contra a mulher negra, por Mafoane Odara e Samira Bueno

12 milhões de mulheres sofreram algum tipo de ofensa verbal em 2016. 5,2 milhões foram assediadas e humilhadas publicamente no transporte público. 4,4 milhões sofreram uma violência física como tapa, chute ou soco. 1,4 milhões foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento. Em 61% dos casos por conhecidos. Em 52% dos episódios nós, mulheres, não fizemos nada.

[\(#AGORAÉQUESÃOELAS/ Folha de S.Paulo, 21/03/2017 - acesse em pdf\)](#)

Estes dados, revelados na semana que marca a luta das mulheres pela equidade de gênero, fazem parte da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto DataFolha com o apoio do Instituto Avon e do Governo do Canadá.

## **Leia mais:**

[21 de março: Aniversário da SEPPIR e Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial \(Seppir, 21/03/2017\)](#)

[O racismo nosso de cada dia e a situação da mulher negra brasileira, por Jurema Werneck \(Huffpost Brasil, 22/03/2017\)](#)

[ONU Mulheres Brasil nomeia Kenia Maria como Defensora dos Direitos das Mulheres Negras \(ONU Mulheres, 21/03/2017\)](#)

[89% das negras foram vítimas de assédio; entre as brancas, 35% \(Folha de S.Paulo, 08/03/2017\)](#)

[Mulher negra ganha quase R\\$ 1.500 a menos por mês do que homem branco no Brasil \(R7.com, 06/03/2017\)](#)

Se a desigualdade de gênero e a gramática extremamente violenta que permeiam as relações sociais no Brasil já não fossem uma mistura

extremamente perversa que marca o cotidiano das mulheres, este quadro é agravado por uma variável fundamental para compreendermos os altos índices de violência contra a mulher hoje: o racismo.

Racismo este que se manifesta de forma dramática nos números de violência letal quando verificamos que as mulheres negras compõem 62% das vítimas de mortes por agressão, mas que se manifesta de diversas outras formas que se tornam visíveis a partir dos dados divulgados esta semana.

Mulheres negras foram as principais vítimas em todas as questões relacionadas a assédio no espaço público. Cerca de 43% das mulheres negras relataram que foram assediadas na rua, transporte público ou ambiente de trabalho, enquanto 35% das mulheres brancas afirmam que viveram este tipo de situação. Mulheres negras também foram mais abordadas agressivamente em festas e beijadas à força do que as mulheres brancas.

Segundo o estudo, há diferenças significativas nos índices de vitimização por agressão e por assédio entre as variáveis idade, instrução, renda familiar mensal, classe econômica, raça/cor. Quando falamos das violências mais “sutis”, como as ofensas verbais e os assédios, o índice é mais alto entre as mais jovens (70%) que entre as mais velhas (10%), entre as mais instruídas (52%) que entre as menos instruídas (21%), entre as mais ricas (52%) que entre as mais pobres (37%), entre as que pertencem às classes A/B (49%) que entre as que pertencem às classes D/E (34%), entre as negras - pardas e pretas - (45%) que entre as brancas (35%) e entre as moradoras de regiões metropolitanas (48%) que entre as moradoras do interior (35%).

Estes indicadores podem ser explicados por uma maior atenção ao tema entre mais jovens e mais instruídas, que interpretam como violência mais situações do que as mais velhas e menos escolarizadas. Mas revelam também o quão complexo são estes fenômenos e a enorme agenda em aberto que temos para as políticas públicas.

Governos, sociedade e as empresas já começaram a reconhecer que a violência contra as mulheres precisa ser tratada levando em consideração a sua complexidade. Percebemos que tivemos alguns avanços nos últimos anos, como a criação da Lei Maria da Penha. Porém, essas iniciativas ainda não são

eficientes ao ponto de reverter estes dados de forma significativa e definitiva.

Mudar esta realidade só será possível quanto assumirmos a pauta do enfrentamento à violência contra a mulher em todas as instituições, promovendo políticas públicas eficientes em todas as esferas de poder, com um olhar ainda mais atento à questão racial.

Precisamos assumir que, sem uma discussão séria de raça, os índices contra as mulheres negras só aumentarão.

*\*Mafoane Odara é coordenado de projetos do Instituto Avon. Samira Bueno é diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.*

---

## **ONU Mulheres Brasil nomeia Kenia Maria como Defensora dos Direitos das Mulheres Negras**

*No Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, ONU Mulheres Brasil ganha o reforço da atriz, escritora e roteirista para defender o direito das afro-brasileiras viverem sem racismo, violência e violação de direitos. Kenia se soma ao grupo de mulheres públicas, composto pela embaixadora da ONU Mulheres Brasil, Camila Pitanga, e pela defensora para a Prevenção e a Eliminação da Violência, Juliana Paes, em atuação pela igualdade de gênero no Brasil*

[\(ONU Mulheres, 21/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

No Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, a ONU Mulheres Brasil anuncia a nomeação da atriz, escritora e roteirista Kenia Maria como Defensora dos Direitos das Mulheres Negras, em apoio à Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) e à iniciativa global Por

um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero no marco da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

***Leia mais: [Jurema Werneck responde a 5 perguntas sobre discriminação racial \(Anistia Internacional, 21/03/2017\)](#)***

“É uma grande satisfação para a ONU Mulheres Brasil receber o voluntariado de Kenia Maria, cuja trajetória de vida tem sido marcada pela valorização da cultura e da arte negra em contraponto ao racismo e às desigualdades de gênero. Kenia tem se dedicado à literatura negra infantil e à defesa das religiões de matriz africana, o que agregará aos debates sobre os direitos das mulheres negras durante a Década Internacional de Afrodescendentes e as ações para acelerar a igualdade de gênero no Brasil em apoio à iniciativa global da ONU Mulheres Planeta 50-50 com paridade de gênero em 2030”, afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.



Na sua primeira declaração como Defensora dos Direitos das Mulheres Negras da ONU Mulheres Brasil, Kenia Maria, diz: “Sinto uma enorme alegria e satisfação em saber que a ONU Mulheres, juntamente com a Década Internacional de Afrodescendentes das Nações Unidas, tem, em sua agenda estratégica, o objetivo de mobilizar a sociedade para que a enorme demanda das mulheres negras seja ouvida. Tenho fortes razões para acreditar que mudanças estão por vir, e para mim é uma honra ser uma das defensoras desta causa. Na verdade o nosso pedido é muito simples. Queremos apenas que a sociedade nos trate como humanas. Só isso”.

Kenia Maria, ainda, aponta, ainda: “trazer o debate das mulheres negras para o dia a dia da sociedade brasileira é uma das nossas emergências. Estamos gritando através de várias vozes femininas negras, de diferentes setores, idades e histórias, que somos muitas e que necessitamos ser ouvidas”.

**Racismo e sexismo** - As mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas, de acordo com os dados de 2015 extraídos do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Em cada três mulheres presas, duas são negras num total de 37, 8 mil detentas - quantidade que se elevou em 545%, entre 2000 e 2015, de acordo o Infopen Mulher. E entre 2003 a 2013, houve um aumento de 54% no número de assassinatos de mulheres enquanto houve redução em 10% na quantidade de assassinatos de mulheres brancas. No quadro diretivo das maiores empresas no Brasil, as negras são apenas 0,4% das executivas - apenas duas num total de 548 executivos e executivas.

Em atenção à situação das afro-brasileiras, a ONU Mulheres Brasil está desenvolvendo a estratégia “Mulheres Negras rumo a um Planeta 50-50 em 2030”, articulando compromissos nacionais com a iniciativa global o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, que adota como diretriz o enfrentamento ao racismo e a eliminação das desigualdades de gênero no País.

O instrumento apoia o desenvolvimento de políticas públicas por meio da cooperação técnica da ONU Brasil como o governo brasileiro, além de ações com empresas e universidades, como estabelecem o Plano de Ação de Durban e o Plano de Ação de Pequim. “A importância das parcerias é fundamental para que de fato a ação tenha volume e promova transformações na vida das mulheres negras brasileiras”, considera Ana Carolina Querino, gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil.

Em 2015, a ONU Mulheres apoiou a realização da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. Na ocasião, a Subsecretária Geral da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres, a sul-africana Phumzile Mlambo-Ngcuka, presente à manifestação de 2015, declarou: “No meu país, na África do Sul, as mulheres são fortes e poderosas. E vejo que aqui no Brasil mulheres negras poderosas e fortes. Na África do Sul, as mulheres estavam à frente na luta contra o apartheid. E aqui no Brasil, as mulheres negras estão à frente da luta contra o racismo”.

**Mulheres públicas pela igualdade de gênero** - Kenia Maria, Defensora dos Direitos das Mulheres Negras da ONU Mulheres Brasil, se soma ao grupo

de mulheres públicas em favor da igualdade de gênero no Brasil, composto por Juliana Paes, Defensora para a Prevenção e a Eliminação da Violência contra as Mulheres, e Camila Pitanga, embaixadora da ONU Mulheres Brasil.

---

## **21 de março: Aniversário da SEPPIR e Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial**

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criada em 21 de março de 2003, na data emblemática em que é celebrado o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Atualmente vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), neste ano a instituição completa 14 anos.

*[\(Seppir, 21/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)*

Fundada no âmbito do Governo Federal, a SEPPIR tem a finalidade de formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Entre o público-alvo, constam comunidades quilombolas; povos ciganos; comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro; juventude negra, mulher negra e população negra em geral; indígenas.

Com relação aos afro-brasileiros, que compõem a maioria étnica no país, o Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, destaca índices que ressaltam a necessidade de estabelecer políticas públicas com recorte racial.

“A cada três jovens assassinados, dois são negros. Nos casos de feminicídio,

que é o assassinato de mulheres, mais de 50% das vítimas são mulheres jovens, negras, pobres e que moram na periferia. O negro no Brasil recebe cerca de 36% a menos que o não-negro. Precisamos mudar essa realidade”, afirma Juvenal.

Segundo o Secretário, é preciso implementar ações de promoção da igualdade racial junto às entidades civis e aos órgãos federais, municipais e estaduais, envolvendo toda a população. “Precisamos cada vez mais ouvir a sociedade para que possamos diminuir a desigualdade racial e social do Brasil. A luta não é só do negro. É de todos nós”, complementa.

### **Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial**

Instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), a data faz referência à tragédia que ficou conhecida como “Massacre de Shaperville”, ocorrida no ano 1960, na cidade de Joanesburgo, África do Sul.

Na ocasião, 20 mil pessoas protestavam contra a Lei do Passe, que obrigava a população negra a portar um cartão com os locais por onde era permitida sua circulação. Apesar de tratar-se de uma manifestação pacífica, a polícia do regime de apartheid abriu fogo contra a multidão, resultando em 69 mortos e 186 feridos.

---

## **Entrevista da ministra Nilma Lino Gomes à Voz do Brasil**

*(SEPPIR, 25/03/2015) Na última segunda-feira (23/3), a ministra da Seppir, Nilma Lino Gomes, falou à Voz do Brasil sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no dia 21 de março, data em que a Secretaria completou 12 anos. Veja a íntegra da entrevista.*

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Nilma



Lino Gomes, deu entrevista à Voz do Brasil na última segunda-feira, 23/3, para falar do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no dia 21 de março, quando a Seppir completou 12 anos. Veja a transcrição da entrevista.

Luciano: Neste último sábado foi comemorado o dia internacional pela eliminação da discriminação racial.

Kátia: Na mesma data, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, completou 12 anos de atuação no combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Luciano: Para destacar as datas, a secretaria faz diversas atividades ao longo do mês para debater os avanços e desafios dessa agenda no Brasil e no mundo.

Kátia: Detalhes sobre o assunto na conversa que tive com a ministra da Seppir, Nilma Lino Gomes, quando ela responde também perguntas de nossos seguidores no Twitter. Vamos ouvir. Ministra, quais são os principais desafios da sua pasta para diminuir as desigualdades sociais e o preconceito?

**Ministra da Seppir** - Nilma Lino Gomes: Toda e qualquer política de promoção da igualdade racial sempre será um desafio. No atual momento, no que se refere às legislações, nosso maior desafio é construir um enraizamento e o cumprimento dessas legislações, por parte da sociedade civil, por parte dos órgãos públicos, desencadear essa discussão dentro da iniciativa privada e contribuir para uma reeducação do nosso país, no que diz respeito à promoção de igualdade racial.

Kátia: Ministra, nós recebemos perguntas de nossos seguidores na rede social. Nós temos a pergunta de Marina Martins. Ela é estudante, tem 23 anos e é de Salvador. Ela pergunta: “Sempre que se fala em discriminação racial, pensamos na raça negra ou na matriz africana. Existem outras comunidades incluídas nas ações da Seppir?”.

**Ministra da Seppir** - Nilma Lino Gomes: Marina, sim, existe. Nós temos na Seppir, também, como parte da nossa responsabilidade trabalhar com os povos e comunidades de religiões de matriz africana, cigano, com

comunidades indígenas, com judeus, palestinos, um grupo de órgãos e comunidades que sofrem processo de discriminação racial e racismo.

Kátia: Ministra, tem mais uma pergunta do funcionário público João Guilhermino Arantes, de 42 anos. Ele é do Rio de Janeiro. O João pergunta o que a Secretaria tem feito para diminuir as desigualdades sociais e o preconceito no Brasil.

**Ministra da Seppir** - Nilma Lino Gomes: Eu diria para o João que nós temos várias ações que a Seppir vem realizando ao longo da sua criação. Eu posso citar o Programa Brasil Quilombola, que é uma ação específica, voltada para os povos e comunidades quilombolas, em articulação com outros Ministérios. A Seppir realiza conferências nacionais de promoção da igualdade racial, onde ela discute e ouve a sociedade civil e dá encaminhamento às questões ligadas à superação do racismo e à discriminação racial. Ela foi a principal protagonista junto ao Congresso Nacional pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que é a nossa lei, que orienta as ações da promoção da igualdade racial no país. Participa também do Programa Juventude Viva, que tem como objetivo a prevenção à violência contra a juventude negra. A Seppir também trabalhou e vem trabalhando com as comunidades de religiões de matriz africana, com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Além disso, participamos ativamente pela criação e aprovação da lei de cotas no serviço público, acompanhamos o Ministério da Educação, no que diz respeito à implementação do sistema de cotas nas universidades federais e institutos federais também, além de ações ligadas à questão da saúde da população negra, às questões ligadas à mulher negra, educação. Ou seja, tem uma série de ações, e programas e políticas que a Seppir vem realizando para alcançar seu objetivo.

Kátia: Ministra, qual é o caminho para denúncias de preconceito e discriminação?

**Ministra da Seppir** - Nilma Lino Gomes: Hoje nós temos a Constituição Federal, nós temos o Estatuto da Igualdade Racial. Existem delegacias especializadas em crime, crimes raciais, em alguns estados e municípios. Nós temos, na Seppir, a Ouvidoria da Seppir também, que acolhe denúncias que

são feitas e também dá orientação para as pessoas, além de uma série de outras legislações que são mais amplas, mas que todo e qualquer cidadão, inclusive os cidadãos negros e negras podem acionar.

Kátia: A Voz do Brasil conversou com a ministra Nilma Lino Gomes, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março - também data que a Seppir comemora 12 anos de atuação. Denúncias e mais informações sobre eventos e atividades para debater avanços e desafios no combate ao racismo e promoção da igualdade racial no Brasil em [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br).

Para ouvir o áudio acesse a página da Voz do Brasil e clique sobre a data do Programa (23/3)

<http://conteudo.ebcservicos.com.br/programas/a-voz-do-brasil/programas>

**Acesse no site de origem:** [\*Entrevista da ministra Nilma Lino Gomes à Voz do Brasil \(SEPPIR, 25/03/2015\)\*](#)

---

## **21 de março: ONU Mulheres destaca papel das empresas na promoção da igualdade racial**

*(ONU Mulheres, 20/03/2015) “Na Década Internacional de Afrodescendentes, as empresas têm grande papel na promoção da igualdade racial no Brasil”, frisa gerente de Programas Ana Carolina Querino em entrevista a rede de investimento social composta por empresas e fundações*



Ana Carolina Querino, gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil (Foto: Reprodução)

Hoje, mais de 200 milhões de pessoas que vivem nas Américas se identificam como afrodescendentes. Muitos mais vivem em outros lugares do mundo, fora do continente africano. Estas pessoas constituem alguns dos grupos mais pobres e marginalizados. Diversos estudos e pesquisas de órgãos nacionais e internacionais demonstram que afrodescendentes ainda têm acesso limitado a educação de qualidade, serviços de saúde, moradia e segurança.

Diante deste cenário e com a proposta de promover o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento da população afrodescendente no mundo, a ONU declarou 2015-2024 a [Década Internacional de Afrodescendentes](#).

***Leia mais:*** [A luta mundial contra o racismo deve aprender com as tragédias do passado, afirma ONU \(ONU Brasil, 20/03/2015\)](#)

A iniciativa foi proclamada pela resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU, de 23 de dezembro de 2013, que cita a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade.

No Brasil, o tema se torna ainda mais urgente tendo em vista que é o segundo país no mundo em população negra, composta por mais de 100 milhões de homens e mulheres negras. Apesar de diversas iniciativas que visam promover a igualdade racial, ainda há uma lacuna enorme entre a

realidade vivida por estes milhões de brasileiros afrodescendentes e a população declarada branca.

Em entrevista exclusiva para o RedeGIFE, Ana Carolina Querino, gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil - entidade que lidera o Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia das Nações Unidas no Brasil -, aponta a urgência no envolvimento, principalmente do setor corporativo, no enfrentamento aos diversos desafios encontrados pelos afrodescendentes no país. Para ela, as organizações sociais, sobretudo aquelas que dedicam pouca atenção ao enfrentamento ao racismo, também precisam atuar e fortalecer políticas de igualdade de direitos e condições no Brasil.

Confira a entrevista completa:

**RedeGIFE: A ONU declarou 2015-2024 a “Década Internacional de Afrodescendentes”. Qual a importância de um marco como este?**

Ana Carolina Querino: Sob o lema “Pessoas afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, a Década é uma oportunidade que convoca a todas as pessoas e instituições para o enfrentamento ao racismo. Estamos diante de um sistema que estruturou a política e a economia do mundo moderno nas Américas, expropriações no continente africano e concentração de riquezas na Europa. Logo, é fenômeno alicerçado em projetos de poder com consequências para toda a humanidade. Nos últimos 50 anos, o mundo viu e apoiou os direitos civis nos Estados Unidos, uma série de independências dos países africanos, o fim do apartheid na África do Sul e ação do movimento negro brasileiro para a consciência negra e a institucionalização de políticas antirracistas. Contudo, o racismo é persistente e se renova, provocando a urgência de respostas políticas, sociais e econômicas para a sua eliminação frente aos crescentes assassinatos de jovens negros, à ação perversa do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras e a reações racistas diante das migrações humanas.

**Quais iniciativas o Brasil pretende desenvolver localmente (ONU, junto com governo, entidades etc) em consonância com os objetivos a serem alcançados nesta Década?**

O Brasil é o segundo país no mundo em população negra, composta por mais de 100 milhões de homens e mulheres negras. É um país estratégico para a Década Internacional de Afrodescendentes e com grandes oportunidades e também desafios. Por exemplo, as mulheres negras recebem, em média, 50% da remuneração das mulheres brancas e que respondem por quase 70% das famílias com renda de até um salário mínimo. São 51% das chefas de família. O governo brasileiro está trabalhando num plano de ação para a Década de Afrodescendentes, com prioridade a mulheres negras, juventude negra e ações afirmativas. Na ONU Brasil, estamos elaborando um planejamento estratégico, baseado em resultados de 5 e 10 anos, e na identificação de áreas de ações e parcerias para respostas mais eficientes ao objetivo de enfrentamento ao racismo no país.

**Diversas pesquisas e estudos apontam a grande distância que existe entre brancos e negros, por exemplo, em relação à taxa de ocupação, quantidade de anos de estudo, mortes de adolescentes etc. A que se deve, ainda, essa distância e dados impactantes vivenciados pela população afrodescendente?**

No Brasil, o racismo é um sistema que hierarquiza as pessoas de acordo com a cor da pele. Em razão disso, negros e brancos vivem países diferentes num mesmo território nacional. Por um lado, a exclusão racial se torna um vetor permanente na trajetória de mulheres e homens negros, condicionando-os a contínuas desvantagens e limitações pelo fato de serem pessoas negras. De outro lado, a inclusão racial de pessoas brancas é fomentada por um sistema de privilégios que lhes fornece condições de poder, decisão, representação valorada que forja patrimônios materiais e imateriais das pessoas negras. Ou seja, enfrentar o racismo significa romper esse mecanismo e trazer à consciência o que significam os privilégios da branquitude. Significa também adotar modelos e práticas distributivas baseadas na equidade e em ações afirmativas que tenham como objetivo fomentar o acesso, a participação e a valorização da presença de negras e negros.

**Quais são os grandes desafios a serem enfrentados no Brasil para que a igualdade racial seja de fato vivenciada pela população?**

Talvez o principal desafio seja a entrada de atores-chave e ainda não

engajados como deveriam nessa questão que é crucial para o desenvolvimento do país. Um deles é o setor corporativo, pois é no mercado de trabalho e na economia onde as desigualdades raciais e de gênero vão ser expostas de maneira mais contundente sobre a ocupação de cargos, processos seletivos, políticas de ascensão profissional e salário. É lá também onde se dão oportunidades únicas como o investimento em talentos, correção de privilégios e a proatividade de transformar a realidade de colaboradoras e colaboradores, parceiros, fornecedores e comunidades à sua volta para que haja realmente igualdade entre negros e brancos. Para uma mudança estrutural, é necessário que atores governamentais, da sociedade civil e do mundo empresarial estejam engajados e fazendo sua parte.

### **Qual seria então o papel e responsabilidade do setor empresarial na busca por uma igualdade racial para os brasileiros?**

São movimentos internos e externos. Para promover a igualdade racial, é necessário enfrentar o racismo. Isso implica a compreensão rigorosa do funcionamento de um sistema que privilegia pessoas brancas enquanto pessoas negras são subjugadas e excluídas. Uma das maneiras de verificar a operacionalização do racismo é por meio de censos internos sobre a quantidade de negros e brancos contratados, cargos ocupados, salários, tempo na empresa, política de promoção, entre outros. As empresas também precisam deslocar atenção para a liderança que devem ocupar na questão da igualdade racial no Brasil. Isso significa considerar a eliminação do racismo como um objetivo a ser alcançado em cada setor de mercado e se envolver numa das questões que tem impedido o país de se desenvolver plenamente. Em 2010, o “Perfil Racial, Social e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil”, traçado pelo Instituto Ethos, revelou que a presença de negros e negras está concentrada na posição operacional (31%), reduzindo-se na medida em que os postos e os salários se tornam mais valorosos: 13% na gerência e 5% nas diretorias. Para as mulheres negras, a situação se torna mais perversa: apenas 0,5% nas posições executivas. A ONU Mulheres, por meio de um programa financiado pelo Fundo de Igualdade de Gênero, apoiou técnica e politicamente o desenvolvimento do “Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional”. Trata-se de um roteiro para identificar práticas e rotinas que sistematicamente impedem o gozo das oportunidades por parte

das instituições e possibilita a elaboração e um roteiro para alterar esta situação. É importante ter consciência de que o racismo se manifesta de distintas formas: no nível interpessoal, subjetivo e institucional. Para cada nível, é necessário um tipo de ação. E o setor empresarial tem muito a contribuir, principalmente eliminando as práticas institucionais do racismo.

**E as organizações sociais? De que forma podem colaborar/intervir para que os direitos da população afrodescendente sejam garantidos e respeitados?**

As organizações sociais, sobretudo aquelas que dedicam pouca atenção ao enfrentamento ao racismo, precisam atuar e fortalecer políticas de igualdade de direitos e condições no país. Isso requer colocar inteligência e experiência em prol da construção de tecnologias inclusivas e em busca de soluções que até então não foram possíveis de responder à energia destrutiva do racismo, cuja intensidade se volta contra as pessoas negras e não negras.

Acesse no site de origem: Em entrevista ao Gife, ONU Mulheres destaca importância da Década Internacional de Afrodescendentes (ONU Mulheres, 20/03/2015)